



TRABALHO E EDUCAÇÃO NA SOCIEDADE DO CAPITAL: REFLEXÕES NECESSÁRIAS

Ivinna Morais Lima ¹
Marismênia Nogueira dos Santos ²

RESUMO

Este artigo é um recorte da pesquisa realizada na disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso - TCC na graduação em Pedagogia da Universidade Regional do Cariri - URCA. O estudo tem como objetivo compreender preliminarmente as mediações do capitalismo entre trabalho e educação. A pesquisa tratará do caráter ontológico e histórico do trabalho, como ele se estabelece e de que maneira o capitalismo se transfundiu na sociedade de forma profunda. Discutirá as determinações do trabalho na sociedade capitalista, colocando-o em evidência como elemento principal para a consolidação do capitalismo. Por fim, expõe características básicas da educação no Modo de Produção Capitalista (MPC). O artigo tem como justificativa central refletir como a educação se comportou no contexto do MPC mediante uma perspectiva histórica, apontando direcionamentos para a ascensão do capitalismo contemporâneo. O estudo busca discutir as fragilidades impostas na educação frente às problemáticas ocasionadas pela dinâmica do capital. O resultado dessa pesquisa provocará reflexões como a educação pode contribuir ao ser utilizada como uma ferramenta emancipatória para a transformação social mediante uma sociedade capitalista. Este trabalho é consolidado através de pesquisa bibliográfica, utilizou-se as seguintes referências teóricas: Tonet e Lessa (2011), Saviani (2007), Bergson (1979), entre outros.

Palavras-Chave: Trabalho, Educação, Modo de Produção Capitalista (MPC).

¹ Especialista em Fundamentos da Administração e Orientação Educacional Pela Faculdade Educacional da Lapa – FAEL, Pedagoga pela Universidade Regional do Cariri – URCA, Orientadora Educacional do Município de Juazeiro do Norte – CE, ivinna.lima@seduc.juazeiro.ce.gov.br;

² Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Ceará - UECE, Mestre em Educação pelo PPGE- UECE, MBA em Gestão Escolar pela Universidade de São Paulo - USP, Pedagoga pela Universidade Regional do Cariri – URCA, Orientadora Educacional do Município de Juazeiro do Norte – CE. marismenia85@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é um recorte de um capítulo do Trabalho de Conclusão de Curso - TCC na graduação em Pedagogia cursada na Universidade Regional do Cariri - URCA. O tema fundante do estudo é compreender precedentemente o surgimento do trabalho concomitante à constituição da sociedade primitiva até chegar a complexificação da sociedade atual. Essa gama de estudos busca refletir de que modo a educação se comporta dentro deste processo histórico. Para tanto, realizamos uma pesquisa bibliográfica, utilizando da análise de artigos, revistas e livros de dirigentes pensadores do tema, que conjecturam os assuntos que serão expostos neste trabalho como: Marx, Tonet e Lessa (2011), Saviani (2007), Bergson (1979), entre outros.

Consoante aos objetivos desta pesquisa de caráter ontológico é possível refletir a práxis do trabalho e da educação desde a sociedade primitiva para chegarmos a sociedade do capital. Mediante as reflexões obtidas neste estudo, ao que se refere o foco central da análise é discutir a posição do trabalho e da educação como uma das ferramentas de conscientização para uma possível superação de uma sociedade capitalista.

Com base nos estudos marxistas iniciamos a reflexão a partir do conceito de trabalho. A tese fundamental é a de que as dimensões políticas e ideológicas da relação trabalho e educação são indispensáveis e indissociáveis à compreensão da formação e da sociedade do capital. Segundo Lessa e Tonet (2011), sem a reprodução biológica não seria possível a existência da sociedade. A história da humanidade é consequência de uma construção histórico-social, que tem o trabalho e a educação como elementos fundantes e determinantes para a compreensão do ser humano (caráter ontológico) e da consolidação da sociedade do capital.

Partimos então, do fundamento da sociedade primitiva para compreender como a educação e trabalho contribuíram para que o ser social desfizesse os paradigmas com a natureza, pois é nesse instante que ele racionaliza que para sua sobrevivência não existe somente a opção de recorrer a sua própria adaptação à natureza, mas também, de forma rudimentar, é possível modificar a natureza para emergir a sua subsistência, ampliando a sua percepção de como é possível que o modo de vida posto seja para além das mudanças territoriais, que até aquele momento eram adotadas pelo nomadismo.

Ao transformar a natureza, o ser social em construção tateou o início da sua complexificação como sociedade. A complexidade que o trabalho exigia na sociedade



primitiva era mínima, ou seja, o trabalho era limitado apenas para que os seres humanos pudessem sobreviver, a grosso modo, a exigência vai se ampliando e contornando outros Modos de Produção e outras formas de relações sociais, direcionando a finalidade da produção, não somente para sobreviver, mas sobretudo, para a produção de excedentes, convertendo-se paulatinamente de forma não linear, de sociedade primitiva para o que conhecemos hoje como a sociedade do capital.

Trazemos neste estudo uma análise dos escritos a despeito de como o trabalho e a educação enfrentam modulações dualista, onde de um ângulo ambos auxiliam no crescimento do capitalismo na sociedade, e de outro, os mesmos podem também agir como auxiliares na construção de um raciocínio crítico sobre a realidade capitalista, não obstante, desempenhar como ferramenta de superação do capitalismo.

A ascensão do capitalismo se estabelece de forma profunda na história, a educação e o trabalho pleiteiam suas próprias lutas coletivas internas para superar o neoliberalismo que está arraigado em suas práticas.

Refletimos portanto que só será possível a educação e o trabalho agir contra o Modo de Produção Capitalista (MPC) se essas lutas internas forem superadas. Eles só poderão desempenhar um papel libertador e tão fundamental contra o capital para uma superação da desigualdade social estabelecida pelo capitalismo se travarmos uma luta coletiva consciente e crítica.

METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa de cunho qualitativo e bibliográfico no que diz respeito às obras de autores que discutem o conceito de trabalho no caráter ontológico e histórico, e como o neoliberalismo através de ideias das classes hegemônicas, afetou a educação nesse processo histórico, destoando assim, do verdadeiro ideal de uma educação democrática e libertadora. Desta feita, analisamos os estudos, procuramos discutir as contribuições e dualidade do trabalho e da educação para a sociedade do capital.

TRABALHO E EDUCAÇÃO: APONTAMENTOS GERAIS E PRELIMINARES DO CAPITALISMO NA SOCIEDADE



Segundo Albornoz (1994), a palavra trabalho vem do latim *tripalium*, termo utilizado para designar instrumento de tortura ou, mais precisamente, “instrumento feito de três paus aguçados, algumas vezes ainda munidos de pontas de ferro, nas quais agricultores bateriam o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los” (p.10). Isto é, o trabalho se estabelece nessa relação de construção histórico-social, de forma íntegra, é uma relação do ser humano com a construção da sociedade.

Para compreendermos o trabalho e a educação na sociedade do capital é imprescindível voltarmos à história, pois é de forma ontológica que a sociedade capitalista galgou a sua estrutura de hegemonia dos dias atuais.

Sobre o caráter ontológico do trabalho, Saviani (2007) diz que:

Voltando-nos para o processo de surgimento do homem vamos constatar seu início no momento em que determinado ser natural se destaca da natureza e é obrigado, para existir, a produzir sua própria vida. Assim, diferentemente dos animais, que se adaptam à natureza, os homens têm de adaptar a natureza a si. Agindo sobre ela e transformando-a, os homens ajustam a natureza às suas necessidades (Saviani, 2007, p. 154).

Segundo essa citação de Saviani (2007) o ser humano faz parte da natureza, porém, se distingue dos outros seres vivos pois age de forma racional, com isso, ele constata que, para sobrevivência é necessário modificar a natureza e não somente se adaptar a ela. Esse marco emergiu de forma prática no modo de produção primitivo.

O trabalho em sua epistemologia inicia na sociedade primitiva, concomitante à construção do ser social. A problematização encontrada pelas comunidades se limitava de que maneira seria fomentada a sua sobrevivência. A divisão do trabalho consistia na pesca, caça, construções e na agricultura, que foram paulatinamente se complexificando da necessidade de transformação da natureza com a finalidade de facilitar a luta diária pela manutenção e perpetuação da vida, as tribos construíram as ferramentas e instrumentos que serviram como suporte para tal objetivo.

A relação trabalho, educação e formação humana a partir de uma perspectiva histórica. Começamos, então, com a seguinte afirmação de Lessa e Tonet (2011):

O único pressuposto do pensamento de Marx é o fato de que os homens, para poderem existir, devem transformar constantemente a natureza. Essa é a base ineliminável do mundo dos homens. Sem a sua transformação, a



reprodução da sociedade não seria possível. Essa dependência da sociedade para com a natureza, contudo, não significa que o mundo dos homens esteja submetido às mesmas leis e processos do mundo natural. Sem a reprodução biológica dos indivíduos não há sociedade; mas a história dos homens é muito mais do que a sua reprodução biológica (Lessa e Tonet, 2011, p. 17).

Trabalho e educação estão massivamente interligados, pois com o surgimento da elaboração dos instrumentos e ferramentas de sobrevivência introduziu-se de forma primária a educação, já que a produção dos artefatos, assim como a cultura da comunidade eram transmitidas de geração em geração, dessa maneira estavam construindo a história e se educando ao mesmo tempo.

O modo de produção comunal não se submetia a divisão de classes, tudo era comum a todas e todos, o objetivo central da produção era somente sobreviver. Saviani (2007) faz o recorte da matriz dos fundamentos histórico-ontológicos, trazendo que eles se constituem no próprio processo histórico do ser humano, ao se apropriar do modo de produção e também começa a sua construção de ser humano e concomitante à sociedade primitiva.

Saviani (2007) formula que o homem não nasce homem, somente a natureza não garante a existência humana. Ele se constrói através de um processo formativo, que é indissociável do trabalho.

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo (Saviani, 2007, p. 152).

O trabalho não possibilita somente a transformação da natureza ou a construção material, mas sobretudo a própria construção do ser humano. A ação planejada, consciente e intencional de transformação da natureza exercida pelo trabalho faz com que o homem e a mulher desenvolvam potencialidades próprias. A racionalidade que as distingue dos outros animais, na sua totalidade, proporciona possibilidades de direcionamento para a conscientização do pensamento crítico ou não, mediante a sua realidade concreta. A ação do homem para a transformação da natureza é resultado do



seu pensamento, contudo, sua ação de transformação para ser concreta precede a idealização, desaguando de forma empírica nas relações sociais.

Saviani (2007) traz a definição de homem na perspectiva de Aristóteles:

Na definição de homem mais difundida (animal racional), o atributo essencial é dado pela racionalidade, consoante o significado clássico de definição estabelecido por Aristóteles: uma definição dá-se pelo gênero próximo e pela diferença específica. Pelo gênero próximo indica-se aquilo que o objeto definido tem em comum com outros seres de espécies diferentes (no caso em tela, o gênero animal); pela diferença específica indica-se a espécie, isto é, o que distingue determinado ser dos demais que pertencem ao mesmo gênero (no caso do homem, a racionalidade). Consequentemente, sendo o homem definido pela racionalidade, é esta que assume o caráter de atributo essencial do ser humano (Saviani, 2007, p. 153).

Bergson (1979) sugere que o trabalho é a essência que nos demarca humanos, onde a intuição e o instinto de produzir para sobreviver, corrobora para a nossa evolução como espécie, mais do que a própria inteligência. Para isto, ele traz a seguinte fala:

Se pudéssemos nos despir de todo orgulho, se, para definir nossa espécie, nos tivéssemos estritamente ao que a história e a pré-história nos apresentam como a característica constante do homem e da inteligência, talvez não disséssemos *Homo sapiens*, mas *Homo faber*. Em conclusão, a inteligência, encarada no que parece ser o seu empenho original, é a faculdade de fabricar objetos artificiais, sobretudo ferramentas para fazer ferramentas e de diversificar ao infinito a fabricação delas (Bergson, 1979, p. 178-179).

Na perspectiva apresentada por Lessa e Tonet (2011) os primitivos herdaram dos primatas a organização social. De início, acoplados em pequenos bandos migratórios, a transformação do meio era mínima, porém, já existia a ação do trabalho com a coleta de alimentos e a criação de ferramentas cada vez mais desenvolvidas. Esse conhecimento rudimentar foi passado de uma geração para outra, fazendo com que cada vez mais eles conseguissem dominar os procedimentos para melhorar as condições de vida, ou seja, o trabalho. Com isso buscavam outras formas de sobrevivência. Este processo contribuiu fortemente para a evolução dos grupos.

Os autores Lessa e Tonet (2011) ainda afirmam que a descoberta da agricultura e da pecuária trouxe a produção do excedente. Ressaltamos, contudo, que essa evolução tinha apenas o intuito de sobrevivência. Sendo a descoberta de semente e criação a primeira grande descoberta de transformação da natureza. As primeiras sociedades a explorar o homem pelo o homem foram as asiáticas e as escravistas.



De forma ainda primitiva, na sociedade asiática existia a classe dominante que se apropriam das riquezas produzidas nas aldeias através de impostos e força militar. Na forma de produção asiática surgem o Direito e o Estado, para organizar as leis que garantem a legitimação da classe dominante.

O modo de produção primitivo findou pela acumulação dos excedentes produzidos pela descoberta da pecuária e da agricultura, modificando o modo de produção para a asiática, aqui a característica central era a exploração do homem pelo homem, dando forma às classes sociais e a criação do Estado e do Direito, destacando as ideias das classes dominantes para acumulação das riquezas produzidas pela criação de animais, da agricultura e de apropriação dos territórios. Essa dinâmica deu passagem para o modo de produção escravista.

O modo de produção escravista foi marcado por duas classes antagônicas: os escravizados e os senhores. O escravo não tinha interesse no aumento da produção, negando-se a executar algumas atividades que lhe eram impostas. Toda produção pertencia somente ao seu senhor que ocasionou uma diminuição no desenvolvimento na organização de produção do material. Os senhores visualizaram uma única alternativa para aumentar a sua riqueza: aumentar a quantidade de escravos. Porém, essa estratégia da sociedade escravista foi na realidade sua ruína.

O crescimento do escravismo trouxe à tona contradições, apesar de escravistas darem forma a uma classe revoltada com as condições de vida e trabalho os escravos não detém nesse processo transitório o conhecimento e nem recursos o suficiente para estruturar uma nova sociedade, fazendo com o que o feudalismo ganhasse forma.

Sobre o feudalismo, Lessa e Tonet (2011) dizem que:

Nesse contexto, a grande novidade histórica do feudalismo está no fato de que – diferentemente de tudo o que ocorrera nas relações entre o escravo e o seu senhor – os servos ficavam com uma parte da produção e, assim sendo, interessava aos servos aumentá-la. Como resultado desse interesse, começaram a desenvolver novas ferramentas, novas técnicas produtivas, novas formas de organização do trabalho coletivo, aprimoraram as sementes, melhoraram as técnicas de preservação do solo. Em poucos séculos a produção voltou a crescer e, graças à melhor alimentação, a população aumentou. Logo em seguida, o aumento da produção e da população provocou uma crise no sistema feudal: o feudo possuía mais servos do que necessitava e produzia mais do que conseguia consumir (Lessa e Tonet, 2011, p. 62).

Ainda os autores afirmam que o excesso de servos resultou em atitudes drásticas dos senhores feudais. Os servos que tinham excesso foram expulsos dos feudos. Os



excluídos não tinham como sobreviver e começaram a roubar dos excedentes de produção dos feudais. Isso fortificou o comércio através das trocas das mercadorias roubadas. Em pouco mais de dois séculos era notório o grande desenvolvimento das cidades e das rotas comerciais na Europa. A crise no feudo foi o ponto de partida para o início da sociedade do capital.

A EDUCAÇÃO E O TRABALHO MEDIANTE A EXPANSÃO DA SOCIEDADE DO CAPITAL

A partir do século XI, as grandes navegações deram início à expansão da burguesia. O acesso de venda e troca do que era produzido de forma local passa a ser acessível por toda Europa, resultando na acumulação do capital. Marx e Engels chamaram esse momento de “acumulação primitiva do capital”. A expansão da burguesia deu origem à Revolução Industrial. Uma característica marcante da Revolução Industrial foi a consolidação das duas classes fundamentais do modo de produção capitalista (MPC): o proletariado e a burguesia. Outra característica emblemática foi a destituição do trabalhador de qualquer possibilidade de sobrevivência que não fosse a venda de sua força de trabalho.

A alienação também está na base do MPC. Este modo de produção separa o produtor da produção integral do produto. Os antigos servos e artesãos, destituídos agora de seus meios de sobrevivência, passam a ser operários. Doravante, esses não tinham mais acesso à produção na sua totalidade. Ou seja, os artesãos, que antes construíam o seu artesanato do início ao fim, de forma manual, agora são apenas apêndices de máquinas. Acerca desse assunto Saviani (2007) diz que:

Produzia-se para atender às necessidades de consumo, e só residualmente, na medida em que a produção excedesse em certo grau as necessidades de consumo, podia ocorrer algum tipo de troca. Mas o avanço das forças produtivas, ainda sob as relações feudais, intensificou o desenvolvimento da economia medieval, provocando a geração sistemática de excedentes e ativando o comércio. Esse processo desembocou na organização da produção especificamente voltada para a troca, dando origem à sociedade capitalista. Nessa nova forma social, inversamente ao que ocorria na sociedade feudal, é a troca que determina o consumo. Por isso esse tipo de sociedade é também chamado de sociedade de mercado (Saviani, 2007, p. 158).



O renascimento, fortalecimento e a expansão do mercado produziram um grande impacto na configuração social. O que até então era produzido apenas para o consumo, agora passa a ser voltado exclusivamente para o mercado, isto é, o lucro passa a ter a centralidade do modo de produção capitalista. A solidificação das relações capitalistas se fortaleceram tanto ao ponto de destruir as sociedades que não se adaptaram ao capitalismo. Na concepção de Lessa e Tonet (2011):

[...] o capital, que se expressa nessa nova forma de relação entre os homens que é a mercadoria, se desenvolve na história como uma potência incontrolável. Tudo o que não consegue se adaptar a ele é por ele destruído. O mundo, assim, vai se convertendo em um mundo crescentemente sob a regência do capital, e este se revela como a potência universalizadora máxima jamais criada pela humanidade. Tudo que ele toca, ou destrói, ou converte em mercadoria. Mészáros, em *Para além do capital* (Boitempo, 2001), afirma que, para Marx e Engels, o capital escapa ao controle de qualquer indivíduo ou instituição social como a política, a ideologia, a cultura etc. Nesse sentido, é uma relação social que pode ser criada ou destruída, mas jamais controlada. É, nas palavras dele, um autêntico “sujeito sem sujeito” (Lessa e Tonet, 2011, p. 65).

O capitalismo se impõe na sociedade e se estabelece nas relações sociais de maneira nunca antes vivenciada pela a humanidade; ele opera de modo estruturador desde o mercado mundial até no cotidiano das pessoas, onde o proletariado trabalha incessantemente para o enriquecimento da burguesia.

As relações sociais são meros suportes para o enriquecimento da burguesia. A lógica do capital não se atenta para os efeitos sociais nefastos à vida social. Nos primórdios, o capital exigia um *pequeno nível* de intelectualidade da sua força de trabalho.

Em conformidade com a radical divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, a escola se dividiu em duas grandes redes: geral e profissionalizante. A formação geral foi destinada aos (às) filhos (as) da burguesia e tinha conteúdo humanístico, cultural e intelectual; a profissionalizante, ligada ao trabalho manual, foi destinada à produção, de forma a repassar conhecimentos operacionais e manuais.

Questões mínimas de escolaridade eram exigidos para trabalhar no MPC. A esse respeito Saviani (2007) estabelece um paralelo interessante entre revolução industrial e revolução educacional. Ainda que de forma contraditória, dicotômica ou dualista, o capitalismo coloca, paulatinamente, a necessidade de expansão da educação básica para a sociedade. Isto produz a hegemonia de seus interesses econômicos e políticos no interior da escola. O ensino fundamental, por exemplo, faz a abordagem dos seus conteúdos de forma indireta ao que se refere “estuda para trabalhar”.



No ensino médio, o trabalho é o foco da escola. Fazer parte do MPC é ponto de partida e de chegada dos conteúdos que são abordados em sala de aula. Sobre isso Saviani (2007) diz:

Se no ensino fundamental a relação é implícita e indireta, no ensino médio a relação entre educação e trabalho, entre o conhecimento e a atividade prática deverá ser tratada de maneira explícita e direta. O saber tem uma autonomia relativa em relação ao processo de trabalho do qual se origina. O papel fundamental da escola de nível médio será, então, o de recuperar essa relação entre o conhecimento e a prática do trabalho (Saviani, 2007, p. 160).

Podemos concluir que desde a sua ascensão o capitalismo delimitou de forma enfática quem seriam seus dirigentes e quem seriam os subalternos. Estruturando a sociedade e os níveis de ensino em consonância direta com seus interesses dominantes.

Ora, em lugar de abandonar o desenvolvimento cultural dos trabalhadores a um processo difuso, trata-se de organizá-lo. É necessário, pois, que eles disponham de organizações culturais por meio das quais possam participar, em igualdade de condições com os estudantes universitários, da discussão, em nível superior, dos problemas que afetam toda a sociedade e, portanto, dizem respeito aos interesses de cada cidadão. Com isso, além de propiciar o clima estimulante imprescindível à continuidade do desenvolvimento cultural e da atividade intelectual dos trabalhadores, tal mecanismo funciona como um espaço de articulação entre os trabalhadores e os estudantes universitários, criando a atmosfera indispensável para vincular de forma indissociável o trabalho intelectual e o trabalho material. (Saviani, 2007, p. 161)

Ou seja, o ensino médio possibilitando aos estudantes o mesmo acesso ao desenvolvimento cultural que é disponibilizado no ensino superior, a ponto de os mesmos conseguirem discutir e dialogar de forma de igualdade com os estudantes de nível universitário, abria um amplo espaço de articulação dos trabalhadores, pois uma frente ampla de pensamento crítico e emancipador seria fortificada.

Ao analisar os escritos percebemos que o estar se expandindo nos dias atuais é um sistema educacional trabalhando com mecanismos totalmente controlados para defender a manutenção do capital. Temos princípios basicamente neoliberais regendo a educação.

Podemos elencar aqui três princípios básicos neoliberais sobre a educação:

1. Atrelar a educação escolar à preparação para o trabalho e a pesquisa acadêmica ao imperativo do mercado ou às necessidades da livre iniciativa. Assegurar que o mundo empresarial tem interesse na educação porque deseja uma força de trabalho qualificada, apta para a competição no mercado nacional e internacional. [...]
2. Tornar a escola um meio de transmissão dos seus princípios doutrinários. O que está em questão é a adequação da escola à ideologia dominante. [...]



3. Fazer da escola um mercado para os produtos da indústria cultural e da informática, o que, aliás, é coerente com ideia de fazer a escola funcionar de forma semelhante ao mercado, mas é contraditório porque, enquanto, no discurso, os neoliberais condenam a participação direta do Estado no financiamento da educação, na prática, não hesitam em aproveitar os subsídios estatais para divulgar seus produtos didáticos e paradidáticos no mercado escolar. (Marrach, 1996, p. 46-48).

A educação está cada vez mais encurralada na ideologia neoliberal, trazendo atrasos no progresso de uma sociedade mais justa, saudável e humana, transformando os seres humanos em instrumentos para o seu próprio enriquecimento.

A educação foi tomada pela classe dominante para perpetuar o seu propósito que é aniquilar o pensamento crítico da classe trabalhadora, desumanizando, de modo que, não haja espaço para se rebelar contra o neoliberalismo, pois dessa maneira alienante a classe trabalhadora aceita e acolhe esse Modo de Produção Capitalista na sociedade, pois são direcionados de forma intencional a pensar que não existe na classe oprimida a capacidade de superar a imposição neoliberal da qual vivemos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após conhecermos de forma ontológica as mediações do capitalismo no trabalho e na educação, pudemos compreender o quanto é monstruoso o enfrentamento para superação da sociedade do capital.

Inferimos que a educação não é a única solução para a superação da sociedade capitalista, pois ela faz parte da engrenagem do capitalismo e tem sua própria luta interna para superar. Porém, da mesma maneira que ela é capaz de reproduzir o Modo de Produção Capitalista (MPC), ela tem a possibilidade de contribuir de forma significativa para a ideação da emancipação humana, perpetuando desde a educação básica até o ensino superior, subsídios para o despertar do pensamento crítico, diante a desigualdade social tão perceptível nessa sociedade do capital.

Se a racionalização foi elaborada para a concretização material dos instrumentos e ferramentas na sociedade primitiva, e desse modo, o ser humano foi capaz de resultar na transformação da humanidade ao longo dos séculos, a educação e o trabalho seriam pontos de partida para contribuir na suplantação dessa sociedade individualista e egoísta que a hegemonia capitalista impõe nessa contemporaneidade.



Sair de uma visão de individualidade e pensar formas amplas dessa luta, de maneira coletiva, é um caminho a ser desbravado para a superação dessa sociedade do capital. Sobre uma ferramenta possível para essa luta necessária, Tonet (2005), pontua de forma assertiva que, a verdadeira educação deve atuar de forma em que ela possa possibilitar a oportunidade as nova gerações os subsídios suficientes para que ele compreenda a sua posição no mundo, e que ele se entenda como um ser histórico e transformador da sua realidade, e que o seu pensamento crítico, reflexivo, questionador possa galgar a esperança da emancipação da sociedade do capital que é conjecturada no neoliberalismo aniquilador da classe trabalhadora.

A educação pode contribuir para que o aluno atue na sociedade com o despertar do seu pensamento crítico ativo e possa concretizar ações e movimentos significativos para lutas revolucionárias de superação desse capitalismo doentio no qual vivenciamos nessa sociedade do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBORNOZ, S. **O que é trabalho?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- BERGSON, Henri. **A evolução criadora. In: Cartas, conferências e outros escritos.** São Paulo: Abril Cultural, 1979. p. 153-205. (coleção dos Pensadores.).
- LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx.** São Paulo: 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- MARRACH, S. A. **Neoliberalismo e Educação.** In: GUIRALDELLI JUNIOR, P. (Org.). *Infância, Educação e Neoliberalismo.* São Paulo: Cortez, 1996. p. 42-56.
- SAVIANI, Dermeval. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.** Trabalho apresentado na 29ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, 2006. (mimeo.).
- TONET, Ivo. **Educação e Emancipação.** São Paulo: Cortez, 2005.